

O BRAILLE EM PORTUGAL

**Exposição Comemorativa do Bicentenário de Luís
Braille**

Catálogo da Exposição tiflófila realizada pela ALDV da BNP comemorando os 200 anos do nascimento de Louis Braille

1 Os deficientes visuais portugueses:

sua acessibilidade à educação e à cultura desde o advento do século xx ao dealbar do terceiro milénio

ISIDRO DA EIRA RODRIGUES

Dissertar acerca de um tema desta natureza - de múltiplas facetas e instáveis tonalidades e cambiantes -, implica que se estabeleçam, antes de mais, os limites temporais e geográficos da matéria sobre a qual se pretende fazer incidir a atenção. Em consonância com este princípio, determinei-me a ignorar, genericamente, o que neste âmbito é pré-história ou mesmo proto-história, e a confinar o meu interesse ao espaço geográfico de Portugal Continental.

Assim sendo, não me deixei aliciar por aspectos educativos e culturais gerados e desenvolvidos nas épocas obscuras de antes do surgimento da ESCRITA PARA CEGOS concebida pelo génio de Louis Braille, tal como não me permiti a sedução pelo sucedido no período em que a ESCRITA PARA CEGOS era já realidade além-fronteiras, mas neste «jardim à beira mar plantado» era ainda uma utópica miragem.

Já nos finais do século XIX, as perspectivas de vida dos deficientes visuais adquiriam - ainda que incipientemente - uma dimensão que anunciava a aproximação de tempos em que o acesso à Educação e à Cultura era um bem que começava a desabrochar para aqueles que, estando privados da luz física, haviam permanecido, no passado, mergulhados na escuridão intelectual. De facto, em Portugal, dava-se início à preparação do solo onde, em breve, iam ser lançadas sementes que, germinando, frutificariam ao longo do século XX.

Naturalmente que para tudo são precisos pioneiros destemidos que

abram os caminhos através das densas e misteriosas florestas, que derrubem barreiras – mesmo que pareçam intransponíveis –, singrem, «por mares nunca d’antes navegados», indo ao encontro do desconhecido; são indispensáveis os obreiros que desmatem e limpem a terra que se deseja ver coberta de viçosas e floridas pradarias, de promissoras searas que forneçam o sustento aos que carecem de pão.

Ora, esses admiráveis e valorosos agentes não faltaram, felizmente, nos tempos em que era já sentida a necessidade de entre nós se edificar uma estrutura orgânica que propiciasse aos deficientes visuais da nossa terra a fuga à ignorância, ao analfabetismo, e lhes abrisse as portas para o mundo da luz intelectual, ou seja, para a escolarização, a educação e a cultura, e mesmo, para a formação profissional e o emprego. Notáveis protagonistas houve, então, que actuaram a favor da causa dos deficientes visuais do nosso país – o qual, também neste domínio, ia ficando para trás, relativamente a outros que cada vez mais se adiantavam na senda do progresso – e que, em suma, se empenharam para que fossem criadas as condições que lhes garantissem o ingresso numa sociedade de olhos abertos, capaz de lhes reconhecer o direito a uma existência digna, independente, de ver neles o concidadão e a concidadã e não os pobres seres incapacitados, alvos da piedosa caridade cristã.

Na década oitava do século XIX, a conjunção dos astros benfazejos parece ter sido propícia ao despontar de factores favoráveis no dealbar de uma nova era: o Poeta João de Deus, ilustre mentor e executor de métodos de ensino para as crianças normovisuais, não ignorou os meninos deficientes visuais e as suas necessidades específicas, levando-o este facto a mandar vir de França, em 1882, o primeiro livro em Braille que existiu em Portugal. Um pouco mais tarde, mas ainda nesta década, Léon Jamet, um organista francês, com deficiência visual total, que havia estudado no «Institut des Aveugles de Paris» (Instituto dos Cegos de Paris), veio para Lisboa exercer a sua actividade musical e, a partir de 1885, tornou-se o organista titular da Capela Real do Paço das Necessidades e da Igreja de S. Luís dos Franceses, tendo logo granjeado – devido às suas qualidades intrínsecas de executante e pessoais – o apreço e a estima de uma certa sociedade distinta e culta que descobria nele as potencialidades das pessoas portadoras de igual deficiência. Os seus méritos de homem culto e de fino trato foram de tal modo apreciados por essa sociedade de gosto requintado e delicadas posturas que não tardou muito a poder ostentar ao peito a condecoração da Ordem Portuguesa de Santiago.

Madame Vitorina Sigaud Souto, filha de Francisco Xavier Sigaud – médico do Imperador do Brasil – e irmã de Adélia Sigaud – professora brasileira com deficiência visual – havia ficado chocada ao conhecer a situação precária de um casal sem meios para prover ao sustento de doze filhos, sendo seis deles cegos. E José Cândido Branco Rodrigues ficara emocionalmente ferido por seu avô – já em idade avançada – ter ficado cego, embora apenas durante dois anos, graças a Aniceto Mascaró, oftalmologista espanhol residente em Lisboa, que o operou com êxito, recuperando-lhe o precioso sentido da vista. Ora, esta convergência, sentimentalmente sofrida, face à problemática da deficiência visual, apurara de igual modo a sensibilidade filantrópica de ambos, transformando-os nos autênticos construtores que, nos finais do século XIX, abraçaram, de alma e coração,

a missão de tornar possível, aos deficientes visuais da sua terra, o acesso

à escola onde pudessem aprender a ler e a escrever e, acima de tudo, a ser homens e mulheres de corpo inteiro. Estes apóstolos da causa de seres humanos que viviam privados, não só da luz e da cor do universo circundante, como também da luz superior que se gera no microcosmos cerebral de cada um, se ao intelecto for possibilitado o acesso ao conhecimento,

aos saberes, nas suas plurilateralidades e multidimensões, responderam ao chamamento com fé e amor, sem restrições, e, convictos das boas razões que os animavam, empenharam-se, quase religiosamente, no serviço de atrair à sua missão prosélitos de qualidade, mas, principalmente, destacados pela sua influência sociopolítica e cultural.

Nesse escol de adeptos salientaram-se a Duquesa de Palmela, Madame Frondoni de Lacombe, o dramaturgo Fernando Palha, Presidente do Município de Lisboa, o Poeta João de Deus, Guilherme Matoso da Fonseca, e outros insignes cidadãos da Pátria Lusa, que, mesmo não sendo socialmente relevantes, aderiram à nobre causa tiflófila.

Devotadamente liderado, este conjunto de elite passou, de pronto, da teoria à prática e em 1887 fundou, em Lisboa, a «Associação Promotora de Ensino aos Cegos» (APEC), de cuja actividade se releva a fundação, a 12 de Março do ano seguinte, da escola que em 1912 se viria a fixar em Campo de Ourique, em edifício próprio, com o nome de «Asilo-Escola António Feliciano de Castilho».

Depois de diversas crises - de certo modo graves - terem sido debeladas pela extraordinária capacidade e invulgar criatividade de Branco Rodrigues, como hábil e inteligente homem de *marketing* que era, a escola entrou na fase de consolidação, graças ao auxílio dispensado por milhares de subscritores de todo o país.

Paralelamente, José Cândido Branco Rodrigues, intrépido lutador pelas causas em que acreditava, fundou, em 1895, «as Oficinas para Cegos» no «Asilo de Cegos Nossa Senhora da Esperança de Castelo de Vide» que manteve, durante alguns anos, com o produto da venda do *Jornal dos Cegos*, que publicou em Lisboa, sem qualquer regularidade, é certo, mas que foi a primeira publicação sobre cegos em Portugal.

Na sua missão de paladino na defesa da causa dos deficientes visuais, Branco Rodrigues, ao afastar-se da APEC, devido a desinteligências entre elementos directivos da mesma, foi acompanhado por João de Deus, iniciando ambos novos rumos, renovados projectos, a favor da causa por ambos abraçada. Porém, este bom entendimento não perduraria por muito tempo, porque divergências de pontos de vista relativos à adopção do *Método de Leitura e Escrita* determinaram a ruptura entre ambos, passando cada um deles a trabalhar separadamente. Acontece que esta separação se tornou inevitável quando Branco Rodrigues pôs de parte a *Cartilha Maternal*, para somente considerar o seu método, não se sentindo constrangido, ao assumir tal atitude, pelo facto de se ter realizado uma memorável consagração nacional a João de Deus, não só como poeta lírico por excelência, como também pela abnegação com que sempre trabalhara em prol das crianças.

João de Deus, que havia sido grande amigo de Branco Rodrigues e apreciara as suas qualidades (tendo mesmo escrito uma carta prólogo de um livro por este publicado em 1878, quando tinha apenas 17 anos, intitulado *Coração: Espelho d'outro - Romancinho francês ilustrado* e editado por Lisboa: Gabinete Literário, viera publicamente a tornar-se de tal modo
seu

inimigo, que no jornal *Cabrion*, de 25 de Abril de 1889, pode ler-se que João de Deus não fazia mal a uma mosca, a não ser que se tratasse de Branco Rodrigues.

Entretanto, Branco Rodrigues, continuando a acreditar que era imperiosa a fundação de um «Instituto Nacional para Cegos» (à semelhança

do «Institut des Aveugles de Paris», que ele bem conhecia), não cessava de insistir com os poderes oficiais competentes para que aprovassem o seu nobre projecto. Porém, constatando que tal desiderato não despertava o

interesse dos governantes – que prometiam mas nada faziam –, fundou em Lisboa, no ano de 1901, a Escola de Cegos que deu origem ao «Instituto de Cegos Branco Rodrigues» que, depois de sucessivos locais de instalação, veio a fixar-se, definitivamente, em S. João do Estoril no ano de 1912, em edifício construído, para o efeito, num terreno que, exclusivamente, para tal finalidade, havia sido doado pela benemérita Maria Vitória Florinda Leal, tendo sido realizada a sua enauguração em Março do ano seguinte.

Seguindo o seu programa de acção, Branco Rodrigues fundou, no Porto, em 1903, um outro instituto, que inicialmente teve o seu nome e que, actualmente, é designado por «Instituto S. Manuel», entregando-o, em 1912, à Santa Casa da Misericórdia desta cidade, ao decidir que iria dedicar-se, de alma e coração, à gerência da sua Instituição em S. João do Estoril, que só abandonou, quando a morte o surpreendeu, no dia 18 de Outubro de 1926, dia do seu sexagésimo quinto aniversário.

Finalizando esta breve abordagem ao que considero ser o primeiro quadro histórico da tiflogia em Portugal, importa explicitar que a informação subjacente à matéria acima plasmada foi recolhida, em parte, na *História Geral da Associação de Beneficência Louis Braille desde a sua Fundação*, de Joaquim Guerrinha, no *Jornal dos Cegos* – já atrás referido –, em *Ponto e Som* – editado pela Área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal desde Abril de 1974 –, bem como o foi em relatos e documentos pessoais de José Branco Rodrigues (filho do tiflopedagogo J. C. Branco Rodrigues) e referir que a *Revista dos Cegos* – publicada pela APEC de 1933 a 1948 – e a *Revista Poliedro* – publicada pelo Centro Prof. Albuquerque e Castro desde 1956 – não devem ser igualmente ignoradas pelos que desejem desocultar o nosso passado tifológico.

Hoje, já distanciados no tempo mais de um século das importantes transformações tifológicas levadas a cabo por cidadãos de tão alta nobreza intelectual e elevada estatura social, somos forçados – se quisermos ser justos – a reconhecer que, durante as seis primeiras décadas do século xx, tudo o que se realizou em Portugal em prol da causa das pessoas com deficiência visual se ficou a dever, quase exclusivamente, à meritória acção educativa e promoção sociocultural levadas a efeito nas escolas atrás mencionadas. Nelas fizeram a sua escolarização os que tiveram a sorte de lá conseguir ingressar; nelas se geraram músicos de reconhecido talento e mérito, como – a título de exemplo – António de Oliveira, Joaquim Nunes Pinto, Joaquim Guerrinha, Augusto Coelho, a quem Viana da Mota, quando este lhe pedira para desdobrar o último ano do Curso Superior de Piano em dois, para assim se poder aperfeiçoar com a excelência dos seus ensinamentos, lhe respondeu que no ano seguinte se iria reformar, não podendo

por isso acompanhá-lo até ao fim do curso, e ele não podia consentir que um seu aluno assim tão brilhante viesse a terminar o Curso Superior sob a égide de um mestre que não fosse ele; o Sexteto de Cegos da Emissora Nacional, que ao longo de décadas se fez ouvir nesta emissora radiofónica, era constituído por músicos que no Instituto Branco Rodrigues haviam adquirido aquele excelente patamar de virtuosismo; delas saíram vagas sucessivas de alunos que, pela instrução lá adquirida, se elevavam acima da média dos seus concidadãos com Quarta Classe feita ou mesmo o Curso Geral dos Liceus; delas nasceram os pensantes cidadãos desta velha nação «à beira-mar plantada» que, consciencializando a problemática decorrente da sua condição de pessoas com deficiência visual, congregaram forças e saber para, em 1927, fundar a «Associação de Beneficência Louis Braille» (ABLB), entidade que, durante um quarto de século, foi o porto de abrigo onde os deficientes visuais se refugiaram para fugir às humilhações a que, em tantas situações, eram sujeitos; foi o baluarte defensor dos seus interesses, o consulado onde os expatriados da vida social comum procuraram protecção e o convívio que os confortava, alimentando-lhes o sentimento de que, afinal, eram homens e mulheres sociáveis também, eram cidadãos com a ambição de se valorizar social e culturalmente, de progredir na vida, na escala social, de lutar para se sentirem úteis a si, aos seus e à sociedade.

No ano de 1927 - quando em Portugal, por um lado, se vivia sob os efeitos da revolta militar de 28 de Maio de 1926, que havia sufocado a agitada Primeira República, que assim expirava sem ter ainda completado os 16 anos; e por outro, se procurava dar rumo seguro às instituições tiflófilas que - com a morte, no ano anterior, de José Cândido Branco Rodrigues, haviam perdido o seu timoneiro e a 16 de Dezembro de 1926, por decreto, com força de Lei, o seu Instituto passava a ser gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - uma plêiade de cidadãos deficientes visuais esclarecidos e dinâmicos (da qual faziam parte, entre outros, António Galante, José Jacinto Pais, Abílio Machado, Carlos Conceição Almeida e Silva) mobilizou-se, devido à percepção que tinha das carências que condicionavam negativamente a penosa existência dos músicos que dependiam dos magros salários que os seus patrões exploradores lhes pagavam (a eles, músicos de qualidade). A partir de 1932, por se terem agravado os meios de sobrevivência, tinham passado a andar, organizados em grupo ou individualmente, pelas ruas, ao sol e à chuva, tentando ganhar o seu magro sustento como músicos ambulantes; tal percepção mobilizadora levou estes vigorosos cidadãos a conjugar os seus esforços com as boas vontades que angariavam, dia após dia, visando encontrar meios que ajudassem a melhorar as condições de vida daqueles músicos. Essa motivação encorajou-os a decidir fundar a ABLB, que teve a sua primeira sede instalada na Rua do Quelhas, 41-2.º, Lisboa.

A partir de então, a ABLB procurou responder, na medida das suas possibilidades, às necessidades com que se deparavam os seus associados - músicos em boa parte - e empenhou-se a lutar contra as muitas adversidades, a arrostar com ventos e marés que, constantemente, atormentavam as suas vidas.

É justo que não se esqueça, hoje, que os deficientes visuais foram os primeiros deficientes a promover o associativismo, que a sua associação lhes propiciava o acesso a partituras e até instrumentos musicais para o exercício das suas actividades, bem como a livros em Braille - de que tanto careciam -, que sempre interferia junto do Governo Civil, para que fossem libertados os músicos ambulantes detidos por exercerem a sua actividade

de *animadores culturais*, em locais públicos interditos a essa actividade.

O nascer desta Entidade Tifloassociativa foi algo de grande significado, para que os deficientes visuais de então pudessem contar com algum apoio, nas actividades por eles desenvolvidas, para conseguir sobreviver, em condições extremamente adversas; eram geradas principalmente pela mentalidade reinante, tanto a nível de alguns eclesiásticos, como dos governantes e da sociedade civil, mentalidade da qual não podiam esperar a compreensão, o entendimento da sua problemática, mas tão-só a misericórdia, a piedade.

As escolas de Ensino Especial que vigoraram ao longo de toda a primeira metade do século xx, funcionando em regime de internato, esmeravam-se em propiciar aos seus pupilos - como foi já referido - não só uma boa formação musical, mas também uma escolarização de qualidade, que os habilitava a dominar correctamente a Língua Portuguesa e a Francesa, bem como a conhecer - muitas vezes em profundidade - as respectivas literaturas; que permitia aos mais interessados aprender Italiano e adquirir conhecimentos de Inglês; que lhes possibilitava a aquisição de conhecimentos no domínio das letras e, embora mais raramente, mesmo das ciências, escolarização que, a partir do ano lectivo de 1958-1959, inicia o alargamento do seu âmbito até ao Curso Geral dos Liceus.

Durante pouco mais de meio século o sistema de ensino para educandos com deficiência visual, que fora promovido por entidades filantrópicas e suportado financeiramente pelas mesmas e pela solidariedade de muitos beneméritos, manteve uma estabilidade apreciável, com programas definidos e estruturados de acordo com os condicionalismos decorrentes da deficiência visual e, *grosso modo*, teve ao seu dispor, em tempo útil, os livros e outros materiais em relevo necessários à prossecução das actividades escolares que, voluntários e um ou outro funcionário habilitado, produziam. Ora esta estabilidade no ensino promovido por Entidades Estatais, desde os anos sessenta até ao dias em que se preconiza a escola inclusiva (e falar de estabilidade é contribuir para que se ocultem os atropelos cometidos contra os direitos dos educandos deficientes visuais), favorecia a imagem dos responsáveis por esse *status quo*, os quais sempre deram mostras de convencimento da sua omnisciência e onnipotência.

Observando a realidade no concreto, verifica-se que à medida que o processo de desmantelamento do ensino em colégios internos prossegue, os alunos com deficiência visual são inicialmente distribuídos por estabelecimentos de ensino (como o Liceu Passos Manuel, o Liceu Maria Amália, a Escola Francisco Arruda) que, acolhendo pequenos contingentes apoiados por professores para tal preparados, passam a frequentar as salas de aulas com os colegas normovisuais, aulas leccionadas por docentes impreparados para poder responder ao que deles exige o correcto ensino a educandos com deficiência visual. Não satisfeitos com esta incipiente diáspora, os promotores deste ensino degradante, não parando para avaliar responsável e cuidadosamente os resultados obtidos com estas políticas educativas inadequadas, executaram, sem previamente conceberem um plano estruturalmente credível, um sistema de ensino, acessível a todas as crianças deficientes visuais (é verdade), porque agora lhes era permitido frequentar a escola local onde os seus irmãos e amigos faziam a sua escolarização; mas, enquanto estes tinham diariamente materiais escolares

e professores que os ensinavam, os pobres alunos deficientes visuais não só não tinham livros e outros materiais adequados aos seus condicionalismos, como também não tinham professores capazes, devidamente preparados para exercer este tipo de docência. O dito professor itinerante passava por lá, na melhor das hipóteses, uma ou duas vezes por mês.

E assim, ao longo de mais de meio século, as entidades estatais promoveram um ensino sem qualidade, degradante, em que os meninos e meninas deficientes visuais foram cobaias, seres muitas vezes esquecidos, abandonados à triste sorte dos que não têm hipótese de fugir ao analfabetismo. Com este sistema de ensino salvaram-se apenas os que, tendo familiares informados e determinados a dar-lhes uma escolarização digna dessa designação, frequentaram escolas como a Helen Keller, ou foram apoiados pedagogicamente à custa dos sacrifícios financeiros dos progenitores. Entretanto, o Ministério da Educação, como que «enterrando a cabeça na areia», promovia políticas que, em vez de gerarem as necessárias condições para que os alunos com deficiência tivessem igual preparação à dos seus discípulos ditos normais, favorecia o facilitismo, em
jeito
de compensação, permitindo a muitos progredir na ascendência escolar usufruindo da vantagem de acesso, mas com classificações inferiores às oficialmente exigidas.

Dobrada a primeira metade do século, a panorâmica tiflófila apronta-se para se modificar drasticamente, não só na sua fisionomia, como também, e principalmente, na essência da sua estrutura orgânica.

Logo em 1951, um grupo minoritário de sócios da ABLB, acimados de dissidentes pelos seus detractores, apercebeu-se – devido à conturbada situação que ameaçava precipitar no caos iminente a Associação (cuja acção tantos benefícios assegurara aos que se haviam acolhido à sua protecção e, assim, aniquilar o espírito associativo que os deficientes visuais, antes de qualquer outro cidadão portador de deficiência diferente, revelaram possuir em elevado grau) – da urgência, para evitar males maiores, ou seja, para garantir a sobrevivência do tifloassociativismo, de fundar uma nova associação de cegos que, na nova óptica, devia dar respostas a necessidades de ordem formativa, profissional, cultural e social; até então, não haviam sido tão persistente e nitidamente sentidas por aqueles que a sociedade teimosamente continuava a segregar, considerando-os o alvo preferencial da sua caridade, que lhe permitia manter vivos e, até mesmo, exercitar os seus dotes de benemerência.

Esta Associação – cuja primeira sede provisória foi em casa de Joaquim Guerrinha, ao tempo na Rua do Telhal, n.º 70, 2.º-B, onde se conservou por seis meses –, foi baptizada com o nome de «Liga de Cegos João de Deus» (LCJD), em homenagem ao poeta que havia dedicado uma boa parte da sua actividade intelectual à educação das crianças; em boa medida, apoiara o tiflopedagogo, José Cândido Branco Rodrigues, quando este instituíra em Portugal as primeiras escolas para cegos, e nelas introduzia o Braille; este sistema de leitura e escrita que havia sido divulgado a partir do segundo quartel do século XIX, rapidamente se implantara em toda a Europa, contribuindo decisivamente para que uma nova era se iniciasse para os deficientes visuais, que passaram a ter acesso ao manancial que a

faculdade de saber ler e escrever confere a qualquer Ser Humano.

Até então, os deficientes visuais da Pátria Lusa não tinham outra possibilidade de reunir-se, senão em torno da ABLB, circunstância que fez dela a instituição benemérita que prestava algum auxílio aos associados mais carenciados; concedia subsídios de sobrevivência aos que, estando doentes, não podiam granjear o seu sustento; amenizava as agruras de muitos, proporcionando-lhes ajudas de natureza diversa.

Ao longo desta década, e muito particularmente na seguinte, foram-se operando importantes transformações, tanto a nível das mentalidades como dos comportamentos, que muito contribuíram para que os deficientes visuais pudessem passar a aspirar a uma vida melhor, mais justa, mais digna de ser vivida. Nesses tempos de mudança, não era assim tão raro encontrarem-se deficientes visuais perfeitamente determinados a adquirir elevada formação, já não só no âmbito da música, mas também no das letras e das ciências. E o mais surpreendente é que as incompreensões, há tão pouco tempo inamovíveis, se esbatiam cada vez mais; as barreiras à concretização dessas aspirações iam-se pouco a pouco desmoronando: os Liceus (nomeadamente o de Oeiras, Gil Vicente e Passos Manuel) começaram

por permitir que lá fizessem os seus exames alunos que, por iniciativa própria, a isso se propunham; a partir do final dos anos cinquenta, os que eram propostos pelos estabelecimentos de Ensino Especial – designadamente o «Instituto de Cegos Branco Rodrigues» e o «Asilo-Escola António Feliciano de Castilho» que, entretanto, aumentaram o grau de ensino até ao nível do Curso Geral dos Liceus – para, mais tarde, acolherem com agrado os deficientes visuais, que passaram a frequentar, em regime integrado, as suas salas de aulas. Naturalmente, tudo isto não era exclusivo da Capital. Também na cidade do Porto os tempos da mudança, embora mais tardiamente, fizeram sentir os seus efeitos e benefícios.

Neste aspecto, as Universidades também não se afastaram da tendência geral, tendo a Faculdade de Letras de Lisboa, em 1954, conferido licenciatura, em Filologia Românica, a Augusto Roque Medina da Silva, o primeiro cego da Terra Lusitana a conseguir romper a malha que barrava, aos indivíduos portadores desta deficiência, o acesso ao Ensino Superior.

Para esta transformação, pode dizer-se, sem receio de faltar à verdade, que muito contribuíram os não poucos deficientes visuais que tinham conhecimento, através das publicações periódicas estrangeiras que normalmente liam e da correspondência mantida, quer com entidades tiflológicas de outros países, quer com deficientes visuais de outras nacionalidades,

dos avanços, dos sucessos conseguidos um pouco por toda a parte; este facto ajudou-os a tomar consciência das suas reais capacidades, tal como foi factor de evolução o papel desempenhado pela LCJD, ao colocar-se sob a tutela do Ministério da Educação e não – como era usual – sob a égide do Ministério da Assistência; finalmente conseguiu que aquele mesmo Ministério permitisse promover, no seu seio, actividades escolares – com início no ano lectivo de 1963-1964 –, as quais propiciaram, a muitos associados desta instituição, a frequência e conclusão, com êxito, dos cursos liceais, actividades que, mais tarde, passaram a ser co-financiadas pelo próprio Ministério, que assim as reconhecia como um serviço de utilidade pública, digno de ser apoiado e incentivado. Era de tal modo conceituada a qualidade do Curso Liceal ministrado na LCJD, que o Ministério da Educação mandou que lá estagiassem, em 1976-1977, os

professores de apoio escolar a deficientes visuais que, para tal, então faziam a sua especialização.

(Cabe aqui salientar que este reconhecimento, complementado com apoio financeiro, se ficou a dever, em muito, a Odete Leonardo - Quadro Superior em exercício de funções no Ministério da Educação).

Nesta acção renovadora se empenhou também a ABLB que, revitalizando-se e modificando a sua actuação de molde a adequar-se à realidade da época, não quis deixar-se ultrapassar pela jovem entidade tifoassociativa. Assistiu-se então a uma competição, às vezes desnecessariamente agressiva, entre as duas associações, que hoje, à distância, penso ter sido genericamente benéfica, uma vez que as conduziu à acção, lhes deu a força anímica para fazer mais e melhor, por forma a que cada uma delas pudesse obter mais prestígio que a outra, conseguir uma certa preponderância e, se possível, a liderança do movimento tifoassociativo lusitano.

Esta vontade de renovação é claramente assumida por uma plêiade significativa de pessoas com deficiência visual que, agrupando-se, não só em Lisboa, mas também no Porto onde, antes ainda de expirar a década de cinquenta, nasce a «Associação dos Cegos do Norte de Portugal» (ACNP), estão determinadas a romper os limites que as impede de progredir intelectualmente. Este desejo de valorização intelectual, profissional e, conseqüentemente, social é manifestado também noutras cidades - nomeadamente em Coimbra - por jovens corajosos a quem não falta - diga-se a solidariedade da família e de amigos.

Em 1963, a Direcção-Geral da Assistência levou a efeito «A Primeira Semana de Estudos sobre Problemas Relacionados com os Cegos e a Cegueira» e, durante toda essa década e anos subsequentes, os Centros de Reabilitação (Fundação Raquel e Martin Sain e Nossa Senhora dos Anjos, além de outros posteriormente abertos no Norte do país), que recentemente haviam começado a funcionar em Portugal, foram recuperando psicologicamente e preparando profissionalmente os muitos deficientes visuais que frequentavam os seus estágios, colocando-os posteriormente, um pouco por toda a parte, no mercado normal de trabalho.

Na sequência da referida Semana de Estudos, o processo educativo dos indivíduos afectados por deficiência visual sofria profundas modificações, com vista à integração destes no sistema geral de educação, propiciando a todos o acesso à escolaridade que, segundo a legislação em vigor, era obrigatória.

Entretanto, nos últimos anos de vida das Escolas de Ensino Especial, à medida que se introduziam nos seus *curricula* escolares o 1.º e o 2.º ciclos dos Liceus, fora-se menosprezando o ensino da música, em escalada ascendente, até à sua quase proibição, com o argumento de que fazer músicos era prepará-los para actuar na via pública.

Quando em Portugal estava em curso o incremento da educação musical a alunos normovisuais, aos alunos com deficiência visual - mesmo aos que davam mostras inequívocas da sua vocação artística - eram negados os meios que lhes permitiriam atingir elevados níveis na arte dos sons, aquela em que uma pessoa com esta deficiência, mesmo que total, pode ser verdadeiramente artista.

As deliberações, os procedimentos nesta área foram de tal modo

injustos, condenáveis mesmo, que aos deficientes visuais foi usurpado todo o património que gerações de beneméritos da causa tiflófila enriqueceram com os seus legados e donativos, com o seu trabalho. O Instituto de Cegos Branco Rodrigues, que foi construído em terreno doado para estar, exclusivamente, destinado ao serviço dos cegos (como reza o documento de doação, existente na Torre do Tombo, arquivo 664415-667680, foto testamento de Florinda Maria Victoria Cardoso Leal a José Cândido Branco Rodrigues, a 29 de Julho de 1910, Escritório de Doação 337, folhas 119-120) tem vindo a ser demolido pouco a pouco, estando desde há muito destinado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a finalidades que nada têm a ver com os interesses dos espoliados deficientes visuais.

E que foi feito das cerca de duas dezenas de violinos e dezena e meia de pianos, as trompetes, os saxofones, os clarinetes, os violoncelos, o contrabaixo e outros instrumentos musicais que haviam sido, em grande parte, oferta de benfeitores da causa tiflófila? Que destino foi dado a tanto material didáctico, às centenas de livros em Braille transcritos por voluntários ou com a sua colaboração? E a significativa herança deixada pelo oftalmologista Anastácio Gonçalves para benefício das condições de ensino dos deficientes visuais, a quem aproveitou? Tudo impunemente se perdeu, desde o início da década de setenta, de tudo foram os deficientes visuais esbulhados.

Se se refere aqui que estes danosos procedimentos consumiram recursos que, a serem utilizados a favor da causa tiflófila, muito favoreceriam

a progressão educativa e cultural dos deficientes visuais portugueses, que dizer acerca do que tem vindo a suceder com a APEC, que durante largas décadas - sendo detentora de um elevadíssimo património -, manteve em razoável funcionamento o «Asilo-Escola António Feliciano de Castilho» que tanto beneficiou, no plano educativo e cultural, os muitos alunos que tiveram a feliz oportunidade de lá ingressar? Durante a segunda metade da década de setenta e a quase totalidade da seguinte, os Corpos Gerentes dizimaram recursos patrimoniais sem que do facto tenham beneficiado os legítimos usufrutuários, e, em sucessão, têm vindo a delapidar o rico património, vendendo ao desbarato prédios - uns atrás de outros - e consumindo os produtos financeiros daí resultantes. Também nesta Instituição se perdeu a biblioteca literária e a musical, se deu sumiço a inúmeros instrumentos musicais e outros bens. De igual modo, aqui foi e continua a ser usurpado aos deficientes visuais - com a complacência dos poderes públicos - o que legitimamente lhes devia pertencer.

Bens que foram no passado legados à APEC para que os seus alunos pudessem adquirir uma boa educação e uma elevada patente cultural, nomeadamente no domínio da Arte dos Sons, têm estado a ser desviados das suas verdadeiras finalidades por falsos beneméritos da causa tiflófila.

Naturalmente que o deplorável procedimento de combate à formação de músicos, impulsionado, designadamente, pela Direcção-Geral da Assistência e pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, associado ao quase completo desmantelamento posterior do Ensino Especial, que havia garantido, embora a um escasso número de privilegiados da sorte, um ensino de qualidade, não desvaloriza os potenciais méritos do Ensino Integrado, então encetado sob a égide de Ana Maria Benard da Costa, mentora e principal promotora deste projecto de integração dos alunos deficientes visuais em escolas públicas.

Evitou o desmantelamento total do Ensino Especial o facto de, entre

outras escolas, o Centro Infantil Helen Keller não ter desistido do seu sistema de ensino; continuou a ser escola de Ensino Especial para meninos e meninas com deficiência visual e a admitir a frequência de alunos normo-visuais, sistema igualmente sustentado pela LCJD que, embora promovendo o Curso Liceal - nos seus três níveis - estruturado em moldes adequados a uma boa prestação de Ensino Especial aos alunos deficientes visuais, permitia a sua frequência a sócios normo-visuais.

Tanto na Escola Helen Keller como na LCJD a frequência de alunos normo-visuais era diminuta, obrigando estes a integrar-se num sistema de ensino adequado, em primeira instância, aos condicionalismos dos alunos com deficiência visual. Em ambas as instituições, a integração era considerada importante; porém, esta era conseguida, talvez mais eficazmente, realizando-se de fora para dentro. Nelas, o ensino liceal continuou a processar-se sem sobressaltos, a preparar alunos que, posteriormente, ingressaram em Cursos Superiores, concluindo, com êxito, licenciaturas em diversas áreas do conhecimento. Do ensino de qualidade então produzido, tanto na LCJD como na Escola Helen Keller, são hoje testemunho muitos profissionais de qualidade e intelectuais de mérito, que exercem funções em diversas áreas de actividade, designadamente, no Ensino (mesmo a nível superior), em Serviços Documentais.

Por seu turno, o Ensino Integrado, que se foi implantando no país, revelou fragilidades que, diga-se, desvirtuaram de algum modo os seus desejáveis méritos. Ao transitar-se de um Ensino Especial - geralmente em internato - para um sistema de Ensino Integrado - em escolas oficiais, frequentadas por qualquer aluno -, independentemente de estar ou não afectado por uma ou mais deficiências, era admissível que um cidadão de senso comum depositasse, nessa mudança, a esperança de todos os meninos e meninas com deficiência visual, em idade escolar, passarem, a partir de então, a ter acesso à escola; esta deveria garantir-lhes um ensino de qualidade (pelo menos tão bom como o que era promovido nas tão menosprezadas escolas do sistema precedente), que teria, necessariamente, materiais didácticos apropriados, lhes poria à disposição, em tempo útil, os livros necessários ao estudo proveitoso, disporia de docentes convenientemente preparados para, em permanência, os ensinar, com rigor, a dominar as matérias escolares. Todavia, este desiderato acalentado por tantas famílias, nunca, até hoje, foi alcançado. Uma dispersão dos educandos deficientes visuais por escolas totalmente impreparadas tinha forçosamente que resultar no fracasso.

Ora, no início desta década - excepcionalmente promissora, com tantas transformações em curso -, o panorama tiflológico, atrás afluído, bem como as dezenas de rapazes e raparigas, saindo das escolas de Ensino Especial com o Curso Geral dos Liceus terminado e a ambição de ir mais além nos estudos para atingir nível cultural superior, condicionaram positivamente o meio tifoassociativo lusitano. Por um lado, o movimento associativo estendia-se ao norte do país, por outro, passava a contar com matéria humana renovada, melhor preparada para enfrentar os desafios do futuro, com pessoas já não dependentes economicamente da família e da caridade pública. Agora, quando terminavam a sua escolarização e estágios de reabilitação e formação profissional, os deficientes visuais já não tinham apenas a perspectiva de ganhar o necessário para a sua sobrevivência, tocando na via pública, ou, na melhor das hipóteses, num bar, nos bailes promovidos pelas sociedades recreativas e outras similares. O quadro era

agora bem melhor; pintado de cores mais vivas, mais risonhas. Podia aspirar-se a um emprego remunerado, a constituir família em condições mais dignas, à integração social em termos mais aceitáveis.

Na primeira metade dos anos sessenta era de tal modo férrea a vontade da nova vaga de ex-alunos saídos das escolas de ensino especial, para gerar um espírito novo no seio das duas associações lisboetas rivais, e derrubar a barreira de ódio que impedia os sócios da LCJD serem-no também da ABLB, que combinaram ingressar nas duas simultaneamente, afirmando, ao preencher a proposta de admissão na ABLB, que não eram sócios da LCJD.

Assim, este contingente de sócios força o movimento associativo a modificar a sua actuação: leva, a partir dos anos últimos da década de sessenta,

a ABLB e a LCJD a porem de parte os antagonismos e a cooperarem em todas as acções que visem melhorar as condições de vida dos seus membros; condu-las a modificar a sua postura, face aos serviços e organismos que têm por

competência promover a educação e o acesso à cultura, a reabilitação, a formação profissional e o emprego dos indivíduos afectados por deficiência visual, bem como a participar em todas as actividades sociais, sejam elas promovidas por uma ou por outra, ou por qualquer entidade diferente.

Doravante, a cooperação é quase uma constante, salvo nos momentos em que as respectivas direcções, por razões pessoais ou de natureza político-partidária, pautam a sua conduta por valores estranhos aos interesses do colectivo que representam. Nos anos subsequentes, as associações desenvolvem, a par dos serviços oficiais, uma actividade significativa, tendo como objectivo a sensibilização da opinião pública para com a problemática decorrente

da
deficiência visual e os indivíduos por ela afectados.

Foram estas acções possíveis porque também a imprensa, tanto escrita como falada, teve a percepção de que algo de importante se estava a operar em Portugal no âmbito da recuperação de deficientes. Não era uma raridade ver-se, nas páginas dos jornais, notícias acerca da temática que respeita aos deficientes visuais; com alguma frequência, passaram os portugueses a ouvir, na rádio, entrevistas com pessoas afectadas pela cegueira e, até às vezes, a vê-las no seu televisor.

(Recorde-se a célebre entrevista feita a Henrique Ribeiro no programa *Zip-Zip*, a qual projectou no seio da sociedade portuguesa uma imagem altamente positiva dos deficientes visuais e das instituições tiflófilas).

Em 1969, a ABLB, cooperando com a LCJD, com os Centros de Reabilitação e com outros serviços oficiais, promoveu, no Ateneu Comercial de Lisboa, um Simpósio, no qual se procedeu à análise, global e detalhada, da situação real dos portugueses portadores de deficiência visual, tendo-se, já nesse tempo, chegado a conclusões que pouco diferiam das que, hoje, nos movem a romper corajosamente com o *status quo* que tão marcadamente condiciona o nosso progredir para uma sociedade mais solidária, mais justa, em que a igualdade de oportunidades não esteja somente na Lei, não seja vã miragem, mas se concretize no quotidiano.

Com a tomada de consciência, por parte dos governantes, de que os deficientes visuais também tinham direito à Informação, à Cultura, à Cidadania plena, a Biblioteca Nacional de Lisboa abre ao público o «Serviço para Cegos» (hoje, «Área de Leitura para Deficientes Visuais»), tornando-se assim a primeira Entidade Nacional a proporcionar leitura em Braille e em

áudio a todos os utentes deficientes visuais que dela careçam, estando em Lisboa ou Porto, no Minho, Beira Interior ou Algarve, nos Açores ou Madeira, em qualquer das então Províncias Ultramarinas e mesmo no estrangeiro.

A abertura oficial deste Serviço, em 2 de Dezembro de 1969, foi possível graças ao forte empenho do Director da Biblioteca Nacional, Dr. Manuel Santos Estevens, que ao deslocar-se à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América visitara a «Divison for the Blind» nela existente. O ter contactado com este departamento, que propiciava, às pessoas com deficiência visual, o acesso ao livro e, portanto, ao conhecimento que este encerra,

foi o fermento primordial que levedou a sua sensibilidade, moldou o seu pensamento, quando tomou a resolução (e a publicitou no início dos anos sessenta) de instalar o «Serviço para Cegos», em espaço próprio, no edifício em construção, no Campo Grande, destinado à Biblioteca Nacional de Lisboa.

Obviamente, já entre nós existiam outras bibliotecas prestadoras de serviços de leitura às pessoas com deficiência visual: as escolas de Ensino Especial (nomeadamente, o «Instituto de Cegos Branco Rodrigues», o «Asilo-Escola António Feliciano de Castilho», o «Instituto S. Manuel») tinham já as suas próprias bibliotecas que, no entanto, eram utilizadas apenas pelos respectivos alunos; as associações possuíam-nas, mas somente para exclusiva utilização dos seus associados; a Câmara Municipal de Lisboa, por decisão do seu Presidente, General França Borges, havia aberto uma biblioteca Braille, mas destinada somente aos seus munícipes; a Câmara Municipal do Porto, impulsionada pela tíflofila Fernanda Brito, seu Quadro Superior, abriu uma biblioteca sonora que, porém, estava ao serviço de todos os portugueses com deficiência visual, desde que dispusessem de um leitor do sistema Clark and Smith.

Também nesta área de actividades inerentes à formação intelectual dos deficientes visuais, foi decisiva a interferência das associações. Sempre que julgado oportuno, deram o seu contributo para que, cada vez mais, os serviços prestados aos deficientes visuais crescessem, tanto em quantidade como em qualidade. A título de exemplo, refira-se que elas cooperaram abertamente na preparação técnica de funcionários que integravam estes novos serviços e com estes estabeleceram acordos de cooperação.

Paralelamente, a LCJD ensaiou a realização de eventos inovadores. Em 1974, o Presidente da Direcção - Raul Almeida Capela - secundado pela Vice-Presidente - Raquel Granadeiro - e o Secretário - Isidro Rodrigues - promoveram, com o patrocínio da TAP e do Banco Franco-Portugais, bem como a preciosa e estreita cooperação da Associação Valentin Haüy, uma visita de estudo - de 14 a 22 de Setembro - que permitiu a treze sócios conhecer *in loco* a panorâmica tíflogógica francesa, visitando escolas, centros de formação profissional e de reabilitação, bibliotecas, centros de produção bibliográfica e outros materiais audiotácteis, a loja de equipamentos e materiais próprios para deficientes visuais; em 1977, o Presidente da Direcção - Isidro Rodrigues - concertou, com a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e a Embaixada de Espanha, a vinda a Lisboa do Director da Escola de Fisioterapia da ONCE - Luis Gonzalez Nieto - que realizou um ciclo

de conferências, elegendo a fisioterapia como profissão privilegiada para os deficientes visuais; em 1976, integrou, com a ABLB, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Camões, a Comissão promotora das comemorações do

«Cinquentenário da Morte de José Cândido Branco Rodrigues», cuja acção produziu, entre outras realizações, a constituição do «Prémio Literário José Cândido Branco Rodrigues» que é administrado pela Biblioteca Nacional de Portugal - e levou a Câmara Municipal de Lisboa a dar o nome do homenageado à rua onde ele havia vivido.

Nesta despreziosa abordagem a aspectos da problemática decorrente da deficiência visual em Portugal, no decurso do advento do século xx ao dealbar do terceiro milénio, tentei, embora com leves pinceladas aqui, mais carregadas ali, pintar um quadro que veicule informação - ainda que muito aquém do que seria desejável - que tenha, pelo menos, o condão de complementar o já afirmado por tantos, nomeadamente, Joaquim Guerrinha, Joaquim Nunes Pinto, Albuquerque e Castro, e reportado, mais recentemente, por outros, que têm tentado dar o seu contributo, para que não sejam ignorados - no presente e no futuro - a obra e os seus ideólogos, que, passando sem perda de tempo da concepção do projecto à sua execução, construíram as auto-estradas, lançaram as pontes, dissiparam a escuridão, tornando assim possível o panorama tiflológico hodierno.

Em ordem à satisfação do desiderato de manter vivas as memórias do que de bom se realizou no passado e de dar mais visibilidade (se é que é possível) às qualidades de humanismo protagonizadas, inequivocamente, pelos promotores de mudança de mentalidades, de realizações

que abriram novos horizontes aos cidadãos com deficiência visual, tanto no acesso à educação, à cultura e à formação profissional, como ao emprego remunerado, à convivência social e, mesmo, à actividade política, em suma, à cidadania, que se deseja seja plena, determinei-me a elaborar um sucinto opúsculo, pensando que o mesmo, por mais modesto que seja, pode despertar consciências, pode motivar outros a ir mais além na busca do passado em que se alicerça o presente e se constrói o futuro.

Contudo, e para finalizar, entendo que este contributo ficaria maculado, por omissão, se deixasse no esquecimento o «Centro de Cultura Tiflológico» (CCT) e o «Centro de Cultura dos Cegos» (CCC). O primeiro, fundado e dirigido por Joaquim Nunes Pinto, Augusto Roque Medina da Silva e Margarida Machete - entre outros -, sediou-se na Rua Tomás da Anunciação e, embora durante poucos anos, promoveu, entre os seus frequentadores, o gosto pela leitura e a aproximação à Cultura, organizando tertúlias, realizando conferências e outras manifestações de índole similar. O segundo, fundado pelo incansável jesuíta P.^e Abílio Martins, que o dirigiu até ficar impossibilitado, devido a doença prolongada, esteve sempre ao serviço dos cegos, privilegiando o seu acesso à Cultura. Com essa finalidade, editou, em colaboração com a LCJD, *A Cassete da Semana*, revista sonora na qual, semanalmente, tratava temáticas diversificadas de carácter cultural; gravou em banda sonora inúmeros títulos de natureza literária, histórica, sociológica, religiosa, científica, musical; colocou à disposição dos afectados pela deficiência visual imensos cursos de línguas, nomeadamente, de Francês, Inglês, Alemão, Italiano. Esse espólio bibliográfico foi, após a sua morte, colocado à guarda da ALDV da Biblioteca Nacional de Portugal pela Companhia de Jesus - que ele havia abraçado com os seus três irmãos - estando uma boa parte disponível para os leitores.

Obviamente, estes significativos contributos foram acolhidos com muito apreço pelos deficientes visuais e as entidades suas representantes. Eles

vinham tornar mais nutritivos os frutos gerados pela acção das associações já atrás referidas, eram acréscimos às actividades educativas, recreativas, culturais, de formação profissional, cívica, política, por elas promovidas. A Liga de Cegos, que privilegiava, além do já atrás referido, a formação de tertúlias, grupos de leitura, a realização de conferências, sessões de teor cívico, político, de espectáculos teatrais e musicais realizados pelos seus associados, tanto em palco como na rádio, a promoção de passeios à praia e ao campo, de excursões turísticas, de visitas de estudo, designadamente a museus e monumentos, frequência de salas de espectáculos, encontrou - principalmente na excelente colaboração do incansável apóstolo da Cultura para deficientes visuais, que foi o P.^o Abílio Martins - o incentivo para prosseguir na busca de novas formas de actuação, visando sempre facilitar, aos privados do sentido da vista, o acesso ao conhecimento. Foi graças à influência da filosofia de vida do P.^o Abílio Martins, que a LCJD se motivou a estabelecer, com a Área de Leitura para Cegos da Biblioteca Nacional, um protocolo de cooperação e passou a publicar *Galáxia: Revista Sonora de Divulgação Cultural entre os deficientes visuais*. Trata-se de um periódico semestral fundado e dirigido por Isidro Rodrigues, Presidente desta Entidade Tifloassociativa (1986-1988), que se decidira a procurar novos rumos para a tiflogia lusa, designadamente, no domínio da acessibilidade à informação, ao conhecimento e à cultura, à cooperação - não só entre a LCJD e a sua congénere, ora renomeada, «Associação de Cegos Louis Braille» (ACLB), mas também com a ACNP -, enfim, à construção e difusão de uma imagem das pessoas com deficiência visual mais consentânea com a realidade.

A inegável dedicação do P.^o Abílio Martins - convicto adepto da Cultura - conjugada com outras não de menor valor, como, designadamente, a de Fernanda Branco Sampaio, Bernardette Caldeira Coelho, Raul Almeida Capela, Raquel Granadeiro, foi um precioso incentivo para muitos estudantes deficientes visuais, que ingressaram nas Universidades e concluíram Cursos Superiores, e, no pós-Revolução dos Cravos, uma das forças conducentes à ruptura do *status quo* do tifloassociativismo.

Foi esta ambiência de solidariedade culta, associada naturalmente a factores de emancipação, fortificados logo no início do Portugal de Abril, que tornou possível à LCJD ser a primeira Associação de pessoas com deficiência visual a eleger, a título permanente, em 1976, para seu Presidente de Direcção, um sócio com deficiência visual, liquidando, com este seu acto de afirmação positiva, a tradição de ser sempre alguém não afectado visualmente a tutelar a existência do nosso tifloassociativismo. Foi o encorajamento desta solidariedade intelectualizada que contribuiu para que o novo Presidente, ciente de que os portugueses, também neste âmbito, haviam estado sempre afastados da convivência com Organismos Internacionais e Estrangeiros, intensificasse os contactos iniciados em 1974 com o Presidente da «International Federation of the Blind» (IFB), Dr. Rienzi Alagiyawanna, quebrando de vez o isolacionismo dominante no passado. Assim, ao filiar, em 1977, a LCJD nesta Federação Internacional, despertou a ACLB, levando-a a filiar-se no «World Council for the Blind» (WCWB); foi esta cultura de solidariedade racional, esta maturação intelectual associativa, que habilitou o Presidente da Direcção a conceber um projecto que, após aprovado internamente, foi proposto à Direcção da ACLB e à da ACNP, projecto que recebendo larga adesão, tanto no seio das próprias associações, como por parte de Entidades Nacionais, Estrangeiras e Internacionais, gerou um amplo movimento favorável à criação da

Organização dos Cegos Portugueses (OCEP); foi a sabedoria adquirida e amadurecida ao longo de anos, a tenacidade temperada na forja da vida associativa que, em 1987, permitiu a Isidro Rodrigues, Presidente do Conselho Técnico da LCJD, retomando o projecto OCEP, por si concebido dez anos antes, elaborar um documento, cuja aceitação por parte das três Associações veio a produzir em 1989 a institucionalização da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO). Entidade tiflológica, democrática, nacional, solidária e reivindicativa – como foi programaticamente caracterizada – é, desde então, embora nem sempre com o empenho, a força e eficácia desejáveis, o motor de desenvolvimento de actividades na procura de novos rumos, na execução de projectos que viabilizem a completa integração das pessoas com deficiência visual em todos os níveis da vida social, que lhes abram os caminhos conducentes ao usufruto de uma cidadania plena.

* * *

Chegado a este marco histórico, quase me sinto tentado a abrir um novo capítulo, a alongar-me por algumas páginas mais, expressando as minhas memórias vivas (algumas já documentadas em actas da Assembleia de Representantes da ACAPO, em cartas dirigidas em tempo oportuno à Mesa da mesma Assembleia, em actas de reuniões do Conselho Nacional de Reabilitação realizadas nos anos de 1987-1989, em documentação produzida para Jornadas promovidas pela ACAPO) acerca do que, na minha óptica, naturalmente, foi retrógrado ou representa progresso, foi um mau serviço prestado à causa tiflófila ou a política adoptada produziu benefícios para o colectivo associativo, foi negativo ou se traduz num contributo mais para a conquista da tão almejada plena cidadania, tantas vezes anunciada e outras tantas adiada. Não obstante, é meu entendimento que os limites do meu compromisso foram alcançados e os aspectos históricos do Associativismo, da evolução tiflológica em Portugal que, porventura pudesse focar ainda, seriam a repetição ou (na melhor das hipóteses) uma outra visão dos factos considerados por quem tem, neste repositório da nossa memória colectiva, essa apetência em grau mais elevado, ou já tratados na *História Geral da Associação de Beneficência Louis Braille desde a sua Fundação*, de Joaquim Guerrinha, em artigos publicados no *Jornal dos Cegos*, em *Ponto e Som*, na *Revista dos Cegos*, na revista *Poliedro*, na *Revista Galáxia*, ou na *Revista Louis Braille*.